

Uma via alternativa para a compreensão da sintaxe: o discurso

PATRÍCIA DE BRITO ROCHA

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia.

e-mail: patriciabrito@gmail.com

Resumo: O artigo que ora apresento tem como enfoque um olhar diferenciado para a sintaxe, em outras palavras, olhar a sintaxe do ponto de vista discursivo e não do estritamente linguístico, sendo este último, sobretudo, entendido como empreendido pelos estudos linguísticos tradicionais (Gramática Normativa e Gramática Gerativa, por exemplo). Dessa feita, aposto que essa via alternativa para a compreensão da sintaxe possa pôr em discussão, por exemplo, o jogo de possibilidades que permite a produção relacional de efeitos de sentido(s) no processo de interpretação.

Palavras-chave: Análise de Discurso, sintaxe, sentido.

Abstract: The present article focuses on a different look for the syntax, in other words, a look at the syntax in the discursive perspective and not strictly linguistic, the latter mainly understood as undertaken by traditional linguistic studies (Normative Grammar and Generative Grammar, for example). This time, I bet this alternative route for the understanding of the syntax may discuss, for example, the game allowing the relational production of effects of sense (s) in the interpretation process

Key-words: Discourse Analysis, syntax, meaning.

1. *Palavras iniciais*

Este trabalho enfoca a temática da sintaxe em relação à Análise do Discurso de linha francesa (abreviadamente AD), mais especificamente, de orientação pecheutiana, de forma a construir um breve traçado teórico que vise a mostrar como ela tem a ver com tal abordagem. Essa temática foi suscitada, de um lado, pelo estudo das relativas em francês, empreendida por Michel Pêcheux, e de outro, por sua colocação¹ – “não há salvação para além da sintaxe” – que aponta uma crítica ao *integrismo linguístico* que emergiu da aplicabilidade dos estudos linguísticos a uma série de análises, chegando a afetar, segundo ele, a análise literária, em que eram propostos, por exemplo, “sistemas de oposições” e “sintaxes” da narrativa. Para tanto, o ponto de partida deste trabalho é a possibilidade de se compreender a sintaxe a partir de uma perspectiva discursiva, visando a, posteriormente, demonstrar, por meio da breve análise de um enunciado, as decorrências de se olhar a sintaxe sob o viés discursivo.

¹ A colocação que segue aparece em de Pêcheux (1971) e Haroche, Pêcheux, Henry (2011).

2. A sintaxe: a proposta da AD

2.1. A relação da AD com a sintaxe: primeiros passos

A AD surge no cenário dos estudos da linguagem em franca oposição ao Estruturalismo e à Gramática Gerativa (doravante GG). A oposição a esta última, conforme Marandin (2010), deve-se ao modelo vertical de linguagem – adotado por Chomsky e seus seguidores – que apresenta como pontos de articulação a teoria do espírito, a competência e a performance. É, a partir desse contexto, que se configuram as questões que envolvem sintaxe e AD, tanto em relação às questões teóricas quanto às questões epistemológicas, voltadas, sobretudo, para os dispositivos de análise. Um exemplo disso é que em *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*, primeira fase da AD, Pêcheux mostra-se fascinado pela epistemologia do dispositivo proposto pela GG. Ele permitiria, na concepção pecheutiana, a construção de uma “maquinaria discursiva”, mesmo que de contornos não positivistas, cujo insucesso é, na verdade, inquestionável.

A tese central que articula o modelo de linguagem assumido pela GG é a seguinte: “a sintaxe é o modelo de articulação entre a forma e o sentido. Ou seja, a GGT substitui a categoria da *sintaxe* no lugar da categoria *signo* para conceber a dupla natureza da linguagem (MILNER, 1978)” (MARANDIN, *idem*, p. 124). Assim, a primazia dada à sintaxe no modelo chomskyano é evidente, em consequência de ela ser chamada para explicar o funcionamento da língua dentro de um domínio restrito: a frase, pois ela é gerada pelo sistema sintático. Em AD, essa proposição não é válida, pois seu domínio de organização não é a frase, mas o discurso. Em razão da diferença de domínios entre a GG e a AD, esta promove deslocamentos em relação àquela. Dessa forma, serão eles responsáveis, em parte, por configurar o estatuto da sintaxe em AD.

2.2 Sintaxe em AD: um terreno (ainda) movediço

Marandin (*idem*) propõe que a sintaxe, do ponto de vista da AD, é constitutiva de um observatório dos discursos. Para tanto, ela deve ser compreendida a partir de certos deslocamentos. O primeiro deles faz referência ao movimento da sintaxe, que deve sair do campo estritamente linguístico, em que é compreendida como sendo da ordem da transparência, para o campo discursivo, onde será compreendida como produtora de efeitos de sentido. Nesse sentido, uma mesma construção sintática, em determinado lugar e/ou época, por exemplo, passa(rá) a ser compreendida diferentemente, se tomada em relação a lugar e/ou a épocas diferentes. Pêcheux (1981) exemplifica isso bem com o exemplo abaixo, em que analisa o funcionamento das relativas²:

Os automóveis que funcionam a gasolina poluem a atmosfera.

Ao analisar tal exemplo, Pêcheux postula que a relativa “que funcionam a gasolina”, do ponto de vista do seu funcionamento, se tomado o momento da enunciação (= início da década de 1980), deve ser compreendida como uma relativa explicativa, pois é enunciado que os automóveis (= todos), por funcionarem a gasolina, são poluidores da atmosfera. Isso ocorre porque, naquela época, os automóveis só eram movidos a gasolina. Mas, na sua explanação chama a atenção para, em um momento posterior, e em

² As relativas são conhecidas na Gramática Normativa como orações subordinadas adjetivas (explicativas ou restritivas).

razão da tecnologia, ela poder ser tomada como uma relativa restritiva. É o que acontece hoje (início do século XXI), pois há automóveis movidos a biocombustível e automóveis movidos a gasolina, sendo que os movidos a gasolina poluem (mais) a atmosfera. Assim, a relativa restritiva tem um funcionamento diferente da relativa explicativa, pois apresenta como efeito de sentido a bipartição do conjunto (automóveis) enunciando apenas sobre uma parte deles.

Assim, ao promover o deslizamento do que é meramente linguístico para o discursivo, a sintaxe passa a funcionar como “porta de entrada” para a compreensão dos processos discursivos. Isso posto, um segundo descolamento emerge, ou seja, a sintaxe é admitida como o dispositivo responsável por fazer aparecer o *processo* de produção de sentido e não mais o *produto*, dado no lugar do posto, da transparência. Em razão disso,

literalmente, o dispositivo *faz ver* esse processo. Em outras palavras, a sintaxe é uma ferramenta essencial que entra na construção de um observatório dos discursos. Esse ponto é central e é o traço distintivo da AD:

- podem-se observar os discursos, ou seja, o processo de produção do sentido discursivo das unidades segmentáveis nas sequências discursivas;
- o que permite esta observação é uma análise e uma manipulação sintática dos enunciados (MARANDIN, 2010, p. 123).

As afirmações acima se entrelaçam perfeitamente com os dois deslocamentos ora (pro)postos. Aqui, faço, contudo, três questionamentos: 1) Será a sintaxe realmente a ferramenta essencial desse observatório? 2) Qual é o papel da “sequência” nesse processo de análise? 3) Como manipular sintaticamente os enunciados sem cair no que é meramente linguístico?

A resposta à primeira pergunta encontra-a, parcialmente, Ferreira (1994), que considera necessário ter cautela em tomar a sintaxe como a ferramenta necessária para o observatório dos discursos. Ainda, pois, segundo ela, tomar “sintaxe” e “ferramenta” como par análogo faz remeter à analogia feita por Henry (1977), para quem as “ferramentas” podem ser “imperfeitas”. A sintaxe deve ser mediadora dos processos discursivos, visto intervir nesse processo a historicidade e a exterioridade que são constitutivas das materialidades discursivas. Como visto na análise, a materialidade discursiva em questão só pode ser contemplada pela conjugação da historicidade associada à sintaxe, já que a última, se tomada sozinha, reduz sobremaneira certas possíveis interpretações.

A resposta à segunda pergunta é de natureza mais complexa que a primeira. O próprio Marandín (ibidem) considera que a noção de sequência deva ser dada, de maneira independente, tal como a sintaxe, em AD. Para ele, o papel de sequência constitui-se em uma unidade de análise, cujo objeto é a conectividade entre as demais unidades que compõem a sequência, mas não conectividade apenas no sentido linguístico, e sim de unidade dos enunciados. Dessa feita, tal noção é construída de forma intuitiva e reflete uma instância de representação. Aí estão, ainda segundo o autor, envolvidos os conceitos de *interdiscurso* e *intradiscurso*³, pois as sequências discursivas são compostas

³ Conceitos basilares da AD de filiação pecheutiana, sendo que o interdiscurso é compreendido como determinante material do efeito de encadeamento e de articulação do discurso, fazendo com que o que seja dito apareça como puro “já-dito”; por sua vez, o intradiscurso, por assim

de outras sequências discursivas, nas quais o segundo só se constitui pelo primeiro, que o atravessa de forma decisiva.

A manipulação sintática dos enunciados – resposta (nem única, nem definitiva) à terceira questão – para não se voltar ao que é meramente linguístico deve tomar a sintaxe como *mediadora* dos processos discursivos e não como a fonte em si desses processos. Para melhor compressão desse aspecto, devo recorrer a *Semântica e discurso* e adiantar um pouco a discussão dos processos discursivos. Nessa obra, os conceitos *língua* e *processo* são considerados para dar tratamento importante ao lugar que a primeira exerce em uma teoria não-subjetivista da subjetividade, já que, a partir da discussão aqui suscitada, a sintaxe, enquanto pertencente ao conjunto de estruturas que forma o sistema linguístico, ocuparia algum papel. Então, a *língua* (sistema dotado de autonomia relativa) seria a base (linguística), ou seja, o pré-requisito indispensável, comum a qualquer *processo* discursivo (e ideológico). Como a sintaxe inegavelmente faz parte da *língua*, ela, por vez, faria parte de tal base, mas como ela apresenta, como a língua, uma autonomia relativa, só deve ser compreendida, por exemplo, a partir da historicidade.

2.3. Os processos discursivos

A AD, ao preocupar-se com os processos discursivos, visa a colocar em evidência os traços que os constituem. Nessa medida, a questão crucial que pretendo tratar faz referência à relação entre os processos discursivos e a base linguística que lhes dá sustentação (especificamente, a via da sintaxe).

Nessa via, Pêcheux e Fuchs (2010) postulam a normalidade da existência, em um dispositivo de análise discursivo, de uma fase de análise linguística (cujo estatuto é problemático), já que, de acordo com eles, o *corpus* é constituído de textos que estão em uma determinada “língua natural”. Apesar dessa primeira afirmação, lançam um questionamento acerca da relação entre língua e processo discursivo na teoria do discurso. Apontam, em resposta a esse questionamento, que esses processos estão na fonte da produção dos efeitos de sentido, e a língua, por sua vez, constitui o lugar material da realização desses efeitos de sentido.

A análise desse lugar material, contudo, não se constituiria apenas em caracterizar e manipular o léxico e o sistema de regras por meio de uma intervenção semântica, já que essa estratégia é a prática vigente em uma teoria subjetiva de leitura. O avanço de uma análise linguística de caráter discursivo deve “incluir no próprio funcionamento da língua os processos discursivos historicamente determinados que não podem ser colocados como coextensivos à língua, salvo se identificar-se ideologia e língua” (PÊCHEUX e FUCHS, *idem*, pp. 171-172).

Ainda sob a óptica desses dois autores, nos processos discursivos, como a noção de língua não é a defendida pela Linguística, dois aspectos sofrem deslocamentos: o primeiro deles refere-se à concepção de léxico e o segundo à concepção de sintaxe. O léxico, diante de uma nova concepção de língua⁴, não mais pode ser visto como “estoque de unidades lexicais” ou ainda como uma lista de morfemas sem nenhuma ligação

dizer, é o simulacro material do interdiscurso, ao impor e/ou fornecer ao indivíduo a base para a sua constituição como sujeito em uma determinada formação discursiva.

⁴ A AD de fundação pecheutiana assume a língua como a base material dos processos discursivo, para tanto a considera sistemática, mas como comportando o “furo”, a falha.

com sintaxe, mas como um conjunto de elementos estruturados e articulados sobre a sintaxe. A sintaxe não mais é concebida como um conjunto de regras de ordem formal, mas como o modo de organização dos traços das referências enunciativas.

Sob essas configurações, a AD tem como foco o tratamento do discursivo e não do linguístico – embora como dito anteriormente, seja por vezes imprescindível analisá-lo, pois só o discursivo pode ser compreendido como um processo social cuja particularidade está fundada no tipo de materialidade linguística de sua base. É necessário, entretanto, fazer a distinção de três expressões muito comuns na teoria do discurso: superfície linguística, objeto discursivo e processo discursivo.

Primeiramente, a superfície linguística é entendida como uma sequência de extensão variável – oral ou escrita – superior à frase. Essa superfície refletir-se-ia na concretude de um discurso, no sentido de objeto empírico, afetado pelos esquecimentos 1 e 2⁵. O objeto discursivo é fruto da transformação da superfície linguística de um discurso concreto em um objeto teórico passível de ser dessuperficializado, ou seja, analisável linguisticamente, de forma a anular o esquecimento número 2. Por fim, o processo discursivo é o resultado da inter-relação de superfície linguística, derivada de condições de produção estáveis e homogêneas, e objeto discursivo, sendo que o acesso ao processo discursivo só se faz possível pela dessintagmatização que incide sobre o esquecimento no 1⁶.

Melhor dizendo, a noção de processo discursivo designa, nas palavras de Pêcheux (1975), o sistema de relações – de substituição, de paráfrase, de sinonímia – que funcionam entre os elementos linguísticos em uma formação discursiva dada, em que estão em jogo as posições ideológicas que fazem parte do processo sócio-histórico de construção dos discursos.

3. *Uma breve proposta de análise*

Pêcheux, em artigo publicado em 1981, trata, sobretudo, dos efeitos discursivos das relativas em francês, levantando aspectos que refutam a análise estrutural, até então conferida a esse fato linguístico. Contudo, ao final do texto, apresenta a necessidade, visto aspectos semânticos, de se investigar outros fatos linguísticos relativos à sintaxe, tais como o funcionamento dos advérbios. Para tanto, apresenta o seguinte enunciado:

“Não ‘fuzile’ os metalúrgicos sem discernimento.”

Embora o presente, Pêcheux não faz apontamento algum acerca dele. Dessa forma, atrevo-me aqui a empreender um esboço de análise do enunciado supracitado.

⁵ O esquecimento no 1 refere-se ao apagamento inconsciente que confere ao sujeito a ilusão de que ele é criador de seu dizer. O esquecimento no 2, por outro lado, refere-se à ilusão de transparência da linguagem, ou seja, da sensação de que o que se diz é compreendido.

⁶ A dessintagmatização linguística (ou dessuperficialização) e a dessintagmatização discursiva só são possíveis pela diferenciação que se faz entre linguístico e discursivo. A dessuperficialização só é possível devido à estrutura não linear dos mecanismos sintáticos juntamente com o esquecimento no 2. Já a dessintagmatização discursiva só se faz possível pelo apoio na dessuperficialização e no esquecimento no 1.

No enunciado em questão, percebo a presença de dois termos “acessórios”: *não* e *sem discernimento*. Interessante é, pois, notar o escopo (ou seja, o lugar de incidência de uma operação semântica) de cada um desses termos.

Em relação ao *não*, a princípio, reconheço que há dois escopos, a saber:

1. a. “[Não] [‘fuzile’] os metalúrgicos sem discernimento.”
- b. “[Não] [‘fuzile’] os metalúrgicos sem discernimento.”]

Em 1a, o escopo do *não* é o verbo *fuzilar*. Assim, a negação recai apenas sobre a ação de fuzilar, não estando envolvido aí quem seria fuzilado nem a forma como ‘ele’ seria fuzilado. Em 1b, por sua vez, o escopo do advérbio de negação (*não*) não é apenas o verbo *fuzilar*, mas todo o predicado da oração. Em linhas gerais, posso dizer que a ordem emitida pelo enunciado seria uma negação clara sobre a ação de fuzilar ou sobre a ação de fuzilar quem (no caso os metalúrgicos) e como (fuzilar *sem discernimento*). Nessas duas possibilidades, não foram associadas às possibilidades que envolvem também a incidência de *sem discernimento*. Em relação a isso, há também, no mínimo, outros dois escopos possíveis:

2. a. “Não [‘fuzile’] os metalúrgicos [sem discernimento].”
- b. “Não ‘fuzile’ [os metalúrgicos] [sem discernimento.]”

Em 2a, o escopo de *sem discernimento* recai sobre a ação do verbo *fuzilar*, sendo, tradicionalmente, classificado como adjunto adverbial. Sob essa perspectiva, será a ação de *fuzilar* considerada *sem discernimento*. Em 2b, o escopo de *sem discernimento* recai sobre *os metalúrgicos*, sendo, então, classificado pela GT como um adjunto adnominal; nessa óptica, *sem discernimento* é uma característica para os metalúrgicos e nada tem a ver com o modo como se deve (ou não) fuzilar.

Cada uma dessas quatro operações semânticas revelam efeitos de sentidos diversos que, se entrecruzadas, revelam outros tantos efeitos de sentidos, tais como:

3. a “ [Não] [‘fuzile’] os metalúrgicos [sem discernimento.]”
- a’ “[Não] [‘fuzile’] [os metalúrgicos][sem discernimento.]”

Em 3a, o efeito de sentido suscitado é que há uma ordem para não se fuzilar *sem discernimento* os metalúrgicos, ou seja, deve haver discernimento para fuzilar os metalúrgicos. A negação constitui, dessa forma, uma maneira de (re)velar o que deve ser feito. Assim, os metalúrgicos não deixarão de ser fuzilados, mas deverão ser levados em conta alguns critérios (discernimento) – se desordeiros ou não, por exemplo. Em 3a, por sua vez, se observado o escopo de negação, o efeito de sentido é que não se deve fuzilar os metalúrgicos *sem discernimento*, mas aqueles com discernimento podem ser fuzilados. Nesse caso, a negação encaminha para a afirmativa: “Fuzile os metalúrgicos com discernimento.”. Diante disso, as possibilidades de leitura do enunciado em questão podem servir como uma estratégia de defesa para o produtor do enunciado, já que ele pode, dependendo da crítica sofrida pela ação praticada, defender-se em uma ou em outra interpretação, dizendo que sua ordem fora mal entendida, como pode até mesmo manter-se filiado à possibilidade 1a, em que (aparentemente) a leitura

que emerge é a de que não deve haver fuzilamento.

4. Breves considerações (in)conclusivas

A partir do exposto, sobretudo a respeito da breve proposta de análise, posso considerar, ao menos, dois aspectos relevantes no que tange à sintaxe: 1) a sintaxe permite a compreensão do processo discursivo em questão, visto ser a/uma forma de acesso à ordem da língua, na qual não há uma única interpretação e, sim, há o jogo de possibilidades que permite a produção relacional de efeitos de sentido(s); 2) se os termos *não* e *sem discernimento* fossem tanto estrutural quanto semanticamente considerados acessórios, os efeitos de sentido acima suscitados seriam inexistentes; para tanto, a visão tradicional de gramática revela-se inconsistente, abrindo, então, lugar para uma sintaxe discursiva, em que a falha, o equívoco e a opacidade são constitutivos, em que não há também lugar para a interpretação “literal” e “única”. Nesse sentido, portanto, considerá-los acessórios é desconsiderar o caráter relacional do sentido e a sua participação na produção de efeitos de sentido(s). Sendo assim, o foco de uma sintaxe discursiva deve ser as possibilidades de interpretação e de leitura do enunciado, diferentemente da sintaxe estrutural que prima unicamente por uma análise meramente combinatória de seus constituintes. No entanto, mesmo sendo o foco da sintaxe estrutural essa análise combinatória e lógica dos constituintes de um enunciado, ao considerar a relação entre certos termos (constituintes) como acessória, mostra-se contrária a uma abordagem relacional do sentido.

Partindo do exposto, posso expor duas conclusões em relação à temática tratada. A primeira delas é que existe compatibilidade entre a AD e a sintaxe, se considerado que os processos discursivos têm uma base linguística que movimenta as questões de ideologia e subjetividade, por exemplo. A segunda é que a sintaxe deve interessar ao analista de discurso, já que é por intermédio dela que há o acesso à ordem da língua, quando das análises empreendidas.

Referências

FERREIRA, M.C.L. *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco*. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 1994.

_____. *A língua da análise de discurso: esse estranho objeto de desejo*. México: Puebla, 2003. (Comunicação oral)

_____. “Linguagem, Ideologia e Psicanálise”, *Estudos da Lingua(gem)*, Vitória da Conquista, n. 1, pp. 69-75, junho, 2005.

FLORES, V. *Linguística e Psicanálise: Princípios de uma Semântica da Enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 251p.

GADET, F. “Matérialités discursives: la frontière absente”, in: *Langage et société*, n. 13, 1980, pp. 85-91.

_____; MARANDIN, J. M. “La linguistique comme contexte de l’analyse de discours?”,

in: *Mots*, octobre 1984, n. 9, pp. 19-24.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. "A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso", in: BARONAS, R. L. (org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2 ed. revisada e ampliada. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011, pp.13-32

HENRY, P. [1977]. *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. "Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux", in: GADET, F.; HANK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. B. S. Mariani et. al. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp.11-38.

INDURSKY, F. *A fala dos quartos e as outras Vozes; uma análise do discurso presidencial da 3ª República*. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 1992.

MARANDIN, J.M. "Problèmes d'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la Chine", in: *Langages*, 12e année, n. 55, 1979, pp. 17-88.

_____. "Syntaxe, discours. Du point de vue de l'analyse du discours", in: *Histoire Épistémologie Langage*. Tome 15, fascicule 2, 1993, pp. 155-177.

_____. [1993]. "Síntaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso", in: ORLANDI, E.P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp. 117-141.

MILNER, J.C. [1983]. *Os nomes indistintos*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2006. 118p.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. [1969]. "Análise Automática do Discurso", in: GADET, F.; HANK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. B. S. Mariani et. al. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp. 59-158.

_____. [1971] "Língua, 'Linguagens', Discurso", in: PÊCHEUX, M. *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011, pp.121-129.

_____. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. E. P. Orlandi et.al. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. 287p.

_____. [1981] "Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês", in: PÊCHEUX, M. *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011. pp. 131-140.

_____; LÉON, J. [1982] "Análise sintática e paráfrase discursiva", in: PÊCHEUX, M. *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011, pp. 163-173.

_____. [1983] "Análise de discursos: três épocas", in: GADET, F.; HANK, T. *Por uma análise*

automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. B.S. Mariani et. al. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp. 307-315.

_____. [1984] “Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso”, in: PÊCHEUX, M. *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011, pp. 283-294.

_____; FUCHS, C. “A propósito da análise automática do discursos: atualização e perspectivas”, in: GADET, F.; HANK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. B.S. Mariani et. al. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp.159-250

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 26 ed. São Paulo: Cultrix, 2004. 279p.